

Folha de S. Paulo

26/07/1984

"O acordo de Guariba"

ALMIR PAZZIANOTTO

A obtenção dos primeiros acordos especificamente consagrados à regularização das condições de trabalho dos "volantes" da agricultura, saudados com entusiasmo por muitos daqueles que se preocupam sinceramente com os seus problemas, não bastou, como era de se esperar, para resolvê-los inteiramente e satisfatoriamente. Velhas dificuldades persistem, e algumas novas foram acrescentadas, como tenho tido a oportunidade de constatar visitando no Interior do Estado municípios que se caracterizam pela presença de grandes contingentes desse tipo singular de mão-de-obra.

Admitindo que os acordos de Guariba, Jaboticabal e Bebedouro significaram, com o seu indiscutível pioneirismo, um razoável avanço na luta pela criação de garantias para os trabalhadores rurais volantes, e reafirmando a necessidade dessa tarefa não sofrer solução de continuidade, assinala, entretanto, que outras medidas desejadas nessa direção dependem, bastante, do exato conhecimento do terreno em que caminhamos, com a precisa localização desse assalariado na área em que atua, das suas características e da legislação aplicável ao trabalhador rural e seu alcance.

Sabemos que nem todo trabalhador rural é empregado. São empregados, na forma da lei, aqueles que prestam serviços "de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário". Safristas, para essa mesma legislação, e sua linguagem rebuscada, são os empregados cujos contratos, por tempo determinado, tenham "sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária".

Na outra ponta, ou do outro lado da linha, encontramos os "volantes" que, por força das circunstâncias, exigências do mercado, imposição dos usineiros, fazendeiros ou proprietários, da exploração dos turmeiros, ou em virtude de hábitos de vida, não se encontram ligados por laços duráveis de contratos de trabalho ou tomador dos seus serviços, sobrevivendo como "avulsos" que entregam diariamente sua força de trabalho ao "gato", num determinado local da cidade conhecido como "ponto".

Como remanescente do sistema pré-capitalista ou do período pré-protecionista, o trabalhador volante da agricultura acusa o governo federal, detentor do monopólio da legislação e da fiscalização trabalhista, pela sua omissão, e também aos usineiros, fazendeiros e proprietários rurais que, não satisfeitos por realizarem fortunas em diversos setores, em parte graças a incentivos fiscais, fecharam os olhos diante de um quadro de miséria crescente, pelo qual são co-responsáveis. Dependente das incertezas do mercado, das mudanças do tempo, dos azares das colheitas, dos riscos dos acidentes, para o "volante" não existe amparo seguro e certo da legislação, restando-lhe, eventualmente, o ônus, as dúvidas e a demora de uma reclamação trabalhista se ousar, o que é bastante raro, questionar em juízo a natureza do vínculo com o intermediário, usineiro ou fazendeiro, a quem aproveitou o seu serviço.

Pelas suas características, o mercado de trabalho do "volante" é dos mais abertos. Em regra não lhe pedem nenhuma qualificação, e inexistem preconceitos. Homens e mulheres, das mais variadas idades, são bem recebidos, desde que enfrentem o "pesado" com muita disposição e sem grandes exigências. Dos recrutadores não se pode dizer que agem com discriminação. Pelo contrário, guiam-se pela lei da oferta e da procura, contratando em função das necessidades do momento, segundo uma negociação rápida e simples renovada diariamente, girando em torno da elementar questão salário.

Tratando-se de um mercado livre, informal e aberto, à medida que a procura de mão-de-obra aumenta, pelas exigências da própria safra, a tendência é a de serem atraídos, ou aliciados, trabalhadores disponíveis em municípios vizinhos, ou em outros Estados, com a conseqüente estabilização dos salários. Em sentido contrário, à medida que a colheita termina, reduz-se a procura de braços, provocando a estagnação ou diminuição do valor real dos pagamentos.

Os acordos de Guariba-Jaboticabal e Bebedouro, obtidos em meio a entrechoques violentos e cada vez mais ameaçadores, buscaram atingir, essencialmente, os seguintes objetivos: 1) registro geral da mão-de-obra, para que ao invés de "volantes" os trabalhadores passassem a empregados, embora safristas; 2) uniformização dos salários dentro do mesmo setor, e equivalência salarial entre setores diferentes, buscando-se um piso que garantisse os trabalhadores contra as variações do mercado; 3) controle pelos trabalhadores do volume da produção diária; 4) valorização da atuação sindical, incentivando-se o processo de sindicalização; 5) proibição de descontos nos salários para cálculo e pagamento do descanso remunerado, férias, 13º salário, indenização, e outros habitualmente subtraídos ao próprio trabalhador.

Passados os primeiros meses de aplicação, algumas conclusões podemos tentar conseguir da análise dos acordos iniciais. Uma primeira indica a persistência do intermediário, a esta altura assumindo as características de empresa. O "gato" tende, provavelmente, a desaparecer como um aventureiro, destituído de qualquer organização e até de responsabilidade mais definida para, com o apoio do industrial ou do agricultor, se transformar em empresa, à semelhança das empresas urbanas organizadoras e fornecedoras de mão-de-obra. A elevação dos níveis de salário deve gerar o surgimento de um processo seletivo, colocando à margem, como tenho constatado, as lideranças que deflagraram os movimentos reivindicatórios em algumas cidades do Interior e trabalhadores de reduzido vigor físico e resistência. Os quadros tendem a se tornar registrados e até fixos, com boa parte dos trabalhadores conseguindo superar os períodos de safra, para prestação de serviços também nas entressafras, nas empresas rurais e usinas mais organizadas. Permanecerão os mais aptos, dentro de um processo de profissionalização crescente, nos setores agrícolas e agroindustriais mais desenvolvidos.

Os setores mais atrasados ou decadentes da agricultura, entretanto, continuarão a resistir aos acordos, e para tanto procurarão envolver direções sindicais. Nessa linha, o panorama encontrado em Franca bastante lamentável, pois ali os fazendeiros dão preferência a trabalhadores de municípios vizinhos e até de Minas Gerais, para evitar compromissos na linha do que foi estabelecido em Guariba-Jaboticabal e Bebedouro. Finalmente, presumo ser inevitável a crescente mecanização das atividades rurais, com o desenvolvimento dos setores onde o trabalho braçal ainda é intensivo.

Muitas experiências estão sendo feitas com colheitadeiras de cana e de café; equipamentos custosos e sofisticados que ainda apresentam sérios tes. Somente uma rápida intervenção governamental na agricultura, visando à defesa desse mercado de trabalho, simultânea à proteção do trabalhador, impedirá a expansão desta modalidade de concorrência, no momento atual extremamente lesiva aos seus interesses.

(Primeiro Caderno — Página 3)